

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR

Att.: Comissão Permanente de Licitação

Referência: **EDITAL DE LICITAÇÃO RDC ELETRÔNICO Nº 004/2020**

Processo Administrativo SEI nº 59614.000238/2018-05

Objeto: Execução das obras civis, aquisições, montagens, comissionamento, pré-operação e elaboração de projetos executivos complementares do Trecho IV – Ramal do Apodi, do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.412.792/0001-60, sociedade anônima com sede na Rua Santa Luzia, 651, 2º, 3º e 6º andares e 3º mezanino, Centro, Rio de Janeiro – RJ, empresa licitante no certame em referência, vem, tempestivamente, por seu representante regularmente constituído, com fulcro no item 12 do Edital de Licitação RDC Eletrônico nº 004/2020, no art. 45, § 2º da Lei nº 12.462/11 e no art. 54, § 1º do Decreto nº 7.581/11, apresentar as presentes

CONTRARRAZÕES

ao Recurso Administrativo oposto pela **CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A.**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

i) DA TEMPESTIVIDADE

A Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (“Lei do RDC”), estabelece, em seu art. 45, §2º, que “*o prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e começará imediatamente após o encerramento do prazo recursal.*”

Em atendimento a este preceito legal o Edital do RDC nº 004.2020 estabeleceu, em seu item 12.2.3. que, caso desejem apresentar contrarrazões a eventuais recursos oferecidos, os licitantes terão prazo de 5 (cinco) dias úteis para fazê-lo, contados do término do prazo do recorrente.

Assim sendo, considerando que o prazo para apresentação de Recurso Administrativo se encerrou em 6.5.2021, tempestivas as contrarrazões apresentadas nesta data.

ii) DO RESUMO DOS FATOS

Em síntese, alega a Recorrente que as diligências realizadas não foram suficientes para sanar os supostos defeitos existentes na documentação apresentada pela Construtora Queiroz Galvão S.A. ("CQG"), referentes:

- a) À suposta não anuência da Petrobras com o Atestado emitido em favor do profissional Francisco de Souza Neto;
- b) À imputação de execução de 100% das obras às cotistas da NEDL; e
- c) Ao signatário do atestado emitido pela Toyo que, supostamente, não possuía capacidade para fazê-lo;

Alega ainda a Recorrente a existência de outros vícios existentes na documentação de habilitação, os quais não ventilou em seu primeiro Recurso Administrativo, consistentes no suposto fato de que a atuação do profissional Francisco de Souza Neto não corresponde ao período total da obra (Atestados 3 e 6), querendo a revisão do tempo computado.

Todavia, conforme será devidamente comprovado a seguir, as alegações da Recorrente são inverídicas, já tendo sido superadas, inclusive em juízo, todas as discussões referentes ao Atestado 7 e como ao Certificado emitido pela Petrobras, não havendo falar, também, na existência de vícios nos Atestados 3 e 6.

iii) DO MÉRITO

Como dito, alega a Recorrente existirem vícios no Atestado 7, apresentado pela CQG, mesmo após a realização das diligências, bem como aponta supostos novos vícios, os quais não haviam sido apontados em sua defesa original, referentes aos Atestados 3 e 6, alegações estas que, conforme será demonstrado a seguir, não merecem prosperar.

1) PRELIMINARMENTE, DO EXAURIMENTO DAS DISCUSSÕES RELATIVAS AO ATESTADO 7 E AOS DOCUMENTOS CORRELATOS

De plano, cumpre pontuar o completo exaurimento de todas as discussões e alegações relativas ao Atestado 7 e aos documentos a ele correlatos (CAT, Certificado, dentre outros), os quais já foram, inclusive, objeto de exame pela segunda instância do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por meio de decisões que já integram o presente Processo Administrativo e são de conhecimento de todas as licitantes.

Em que pese as decisões proferidas pela Desembargadora Daniele Maranhão Costa não determinarem a habilitação da Construtora Queiroz Galvão, tais decisões reconhecem as ilegalidades cometidas pela CPL ao inabilitá-la e reforçam a inexistência dos vícios alegadamente existentes.

O convencimento da própria desembargadora é facilmente compreendido por meio da própria decisão proferida, que determinou a suspensão do processo para a realização de diligências "*se persistir a necessidade da providência*".

O que se verifica é que a própria Desembargadora se convenceu que, ao se ponderar “sobre as alegadas justificativas utilizadas pela comissão, tem-se que a **inabilitação da empresa agravante foi indevida**, haja vista que pessoas jurídicas não se confundem, mesmo que uma delas seja acionista majoritária da outra. Cada uma delas possui autonomia, patrimônio e administração próprias, razão pela qual uma não se confunde com a outra, concluindo-se não se evidenciar, no caso, auto atestado. Por outro lado, em evidente contradição, a comissão entendeu que o certificado da Petrobrás não atenderia à resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, expedido regularmente pelo CREA/BA, na condição de órgão fiscalizador da profissão, competente para emissão do documento, o qual se reveste de presunção de legitimidade e veracidade, não desconstituída pelos argumentos apresentados pela comissão julgadora.”

De modo a reforçar o fato de que a discussão e o exame dos pontos referentes ao Atestado 7 e à documentação correlata foi tão abrangente e detalhada, verifica-se que também foram realizadas novas diligências, as quais, por fim, retiraram toda e qualquer dúvida que a CPL pudesse ter acerca do seu atendimento ao Edital, especialmente ao item 11.5.4.9, razão pela qual, acertadamente, habilitou a Construtora Queiroz Galvão S.A.

Por fim, pontua-se, como já asseverado pela Desembargadora Daniele Maranhão Costa, que os órgãos que emitiram/validaram a documentação que comprova o atendimento ao item 11.5.4.9 atuaram em sua esfera de competência e com legitimidade para fazê-lo, não cabendo à CPL, ou a qualquer Licitante, questionar o processo de emissão de tais documentos, os quais já foram, inclusive, ratificados pelos órgãos competentes.

O que se verifica no presente caso é a mera irresignação da Recorrente com a decisão da CPL de reconhecer a validade e adequação da documentação apresentada pela CQG, a qual, repise-se, também já foi confirmada pelos competentes órgãos emissores e na via judicial.

Pretende a Recorrente, portanto, se colocar na posição, ou que a CPL se coloque, de fiscalizadora e validadora dos atos praticados pelos órgãos competentes, o que já foi inclusive rechaçado pela própria CPL ao negar o seu pedido de adiamento do prazo recursal, reforçando que “**não cabe à Comissão Permanente de Licitações desacreditar documentos emitidos pelo CREA e pela Petrobrás por pessoa devidamente habilitada a fazê-lo**”.

Considerando todo o exposto, não há qualquer razão para o sobrestamento do processo licitatório para a continuação do processo de diligenciamento, pois, repise-se, a decisão judicial condiciona o diligenciamento à sua efetiva necessidade, o que não mais existe, pois, como era de se esperar, com todos os esclarecimentos, a CPL compreendeu a dinâmica das relações jurídicas existentes e concluiu pela legalidade da documentação.

- a) Da inexistência de qualquer fato que invalide a documentação emitida pela Petrobras e pelo CREA

Todo o raciocínio apresentado abrange, também, a suposta ausência de anuência da Petrobras, alegação que demonstra a recusa da Recorrente em aceitar os

documentos validamente utilizados para comprovar a experiência do profissional Francisco de Souza Neto.

Ora, a CQG juntou ao processo licitatório o Atestado nº 7, sua respectiva CAT e o Certificado emitido pela Petrobras. A CPL, por sua vez, diligenciou a Petrobras para verificar a validade da documentação, o que foi ratificado pela Instituição por meio do ofício G&E 0004/2021, que, inclusive, esclareceu o contexto do empreendimento referenciado.

Argumentar que o Certificado em questão seria uma “carta branca” para ser utilizada em conjunto com qualquer documento NÃO PASSA DE UMA ALEGAÇÃO DESESPERADA E MENTIROSA DA RECORRENTE e desconsidera o fato de que, como já dito, a própria Petrobras ratificou o documento juntado pela CQG, e o fez dentro do contexto do Atestado 7, apresentando, inclusive, esclarecimentos referentes ao empreendimento em questão, sendo totalmente descabida a alegação de que a aceitação da resposta apresentada pela Petrobras seria transformar o Certificado em uma “carta branca”.

Com relação à resposta apresentada pelo CREA, que referendou o conjunto de documentos, declarando expressamente que a CAT decorrente “*foi emitida com base na Resolução 1.025/2009 do CONFEA, de acordo com os procedimentos operacionais em sua data de emissão*”, novamente se verifica um questionamento descabido, que visa tumultuar o certame.

Repise-se: por mais de uma vez, O CREA/BA VALIDOU A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA CQG, NÃO IMPUTANDO QUALQUER VÍCIO, AO REVÉS, RATIFICANDO A SUA EMISSÃO CONFORME OS REGRAMENTOS QUE REGEM A MATÉRIA.

Aqui cabe pontuar que os atos questionados foram emitidos/ratificados pelo CREA/BA e pela Petrobras, e não por entidades amadoras, cujos atos geram desconfiança e não são dotados de presunção de veracidade. Questionar a documentação apresentada, constitui afronta às instituições, que reiteradamente validaram a documentação.

b) Do atendimento ao art. 58 da Resolução nº 1.025 do CONFEA

Ainda atuando meramente por apreço ao debate, já que totalmente pacificadas as discussões referentes ao Atestado 7 e à documentação correlata, cumpre-nos demonstrar o completo equívoco da argumentação da Recorrente no sentido de uma suposta ausência de comprovação da qualificação do profissional signatário do atestado emitido pela TOYO.

Para compreender corretamente a questão, é importante examinar a efetiva orientação trazida pelo artigo 58 da Resolução nº 1025 do CONFEA, qual seja de que a declaração das informações seja feita por profissional que possua habilitação nas profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA (“Sistema”).

Assim sendo, denota-se que, em momento nenhum a Resolução exige que o signatário do Atestado seja profissional do Sistema, mas tão somente que a validação de suas informações seja feita por profissional enquadrado em tal categoria.

No caso em questão, a declaração exigida pelo art. 58 se dá por meio do documento emitido pela Petrobras, assinado pelo Sr. Paulo Fernando Cavalcanti, registado no CREA/PE sob o nº 6653-D e, portanto, integrante do Sistema, confirmando os quantitativos do Atestado 7.

Por essa razão o CREA/BA, acertadamente, emitiu a CAT e reiteradamente confirmou a validade do documento, em três oportunidades: (i) quando da sua emissão; (ii) quando provocado pelo profissional; e (iii) quando questionado, em sede de diligências, pela CPL.

Importante pontuar que a definição de quem será o signatário de um documento passa por questões de governança corporativa e poderes para representação empresarial, sendo certo o fato de ter sido o Sr. Akihiko Kokurio o signatário do Atestado 7 decorre de tais fatores.

Considerando o exposto, resta devidamente comprovado o atendimento ao art. 58 da Resolução nº 1025 do CONFEA, sendo, portanto, mais uma vez, improcedentes as alegações da Recorrente

c) Da irrelevância do percentual de participação das quotistas na NEDL, especialmente para fins de qualificação técnico-profissional

Por fim, quanto a alegação de que não se pode considerar que todas as cotistas executaram 100% (cem por cento) do empreendimento, pretendendo a Recorrente que seja revisto o tempo de experiência computado, é completamente descabido tal raciocínio.

Inicialmente, reforçamos o fato de que o item 11.5.4.9 trata da QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL e não TÉCNICO OPERACIONAL, não havendo qualquer razão para se vincular ou até mesmo relacionar o período de experiência ao percentual de participação da empresa à qual o profissional se encontra(va) subordinado.

Entender desta forma, seria dizer que, apesar de ter sido o responsável pela montagem eletromecânica durante todo o período do empreendimento, o profissional só “receberá”, como experiência, o tempo correspondente ao percentual de participação da empresa a que se encontra vinculado. NÃO HÁ QUALQUER RAZÃO, TAMPOUCO JUSTIFICATIVA PARA TAL POSIÇÃO.

Ademais, importa esclarecer que, no caso em questão se trata de uma Sociedade de Propósito Específico (NEDL), para a qual não se aplica a lógica de divisão de responsabilidades conforme o percentual de participação, conforme pode ser feito em um consórcio, quando as consorciadas mantêm suas independências e conforme expressamente definido no instrumento de formação do consórcio respondem por tarefa específica dentro do escopo e não pelo escopo como um todo. Repita-se, não é o caso da NEDL.

Destaca-se que, no contexto de uma SPE, a participação acionária das empresas que a compõe demonstra o investimento financeiro por elas realizado, mas não guarda correlação com quem efetivamente detém o conhecimento técnico para executar as atividades operacionais da referida SPE e efetivamente o faz, ou seja,

os profissionais envolvidos, o que mais uma vez corrobora o total descabimento das alegações da Recorrente.

Tendo em vista todo o cenário apresentado, não há razão para se continuar a discutir **qualquer** matéria referente ao Atestado 7, **que já está pacificada pelas instituições competentes para tanto**, o que não é o caso da Recorrente, que não possui qualquer legitimidade para pretender referendar os atos de tais órgãos, sendo certo que também esta CPL já verificou a legalidade e correção de tais documentos, razão pela qual não merecem qualquer provimento as alegações autorais.

Dessa forma, verifica-se inexistir qualquer razão para a retomada destes pontos, devidamente pacificada tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial.

2) DA VALIDADE DO ATESTADO 3 – CÔMPUTO CORRETO DO TEMPO DE EXPERIÊNCIA DO PROFISSIONAL FRANCISCO DE SOUZA NETO

Em mais uma tentativa desesperada de desqualificar a documentação apresentada pela CQG, a Recorrente contesta, nesta oportunidade, o Atestado 3, que não foi objeto de qualquer questionamento pretérito, seja pela CPL ou pela própria Recorrente, que sequer menciona o referido documento em seu Recurso Administrativo interposto em 6.4.2021, o que já nos revela o caráter protelatório e perturbador do questionamento.

Com relação ao profissional Francisco de Souza Neto, que conta com mais de 30 anos de formado, tendo atuado em grandes empresas brasileiras, com inquestionável experiência em obras de instalação e montagem de equipamentos, conforme demonstrados pelos atestados apresentados na fase licitatória, os quais comprovam 150 meses de experiência (Anexo I).

Todavia, em mais uma tentativa de perturbar o certame, pretende a Recorrente que a CPL reduza o tempo de experiência do Profissional apenas ao período expressamente denominado “instalação e montagem” no atestado, isso em uma obra caracterizada eminentemente pelos serviços de instalação e montagem, o que demonstra o total desconhecimento, pela Recorrente, da dinâmica de uma obra de montagem de grande porte.

Primeiramente, cabe ressaltar que o empreendimento em questão se trata de uma obra de grande complexidade, como dito, predominantemente de instalação e montagem, razão pela qual deve sim, e inequivocamente, ser considerado todo o período de execução contratual, qual seja de 29/10/2009 a 30/06/2011, como experiência do profissional.

Cumprе salientar que, numa obra dessa complexidade, a atuação do profissional responsável pela instalação e montagem se inicia até mesmo antes da mobilização, dada a necessidade dos serviços de instalação e montagem necessitarem de diversas definições, aquisições, comissionamento, pré-montagem, montagem e posteriormente os testes finais.

Importante compreender que as atividades do engenheiro de instalações e montagens são desenvolvidas durante as mais diversas fases do empreendimento, passando pela (i) definição do projeto e escolha dos

equipamentos adequados; (ii) identificação, em mercado, dos potenciais fornecedores; (iii) qualificação destes fornecedores, (iv) processo de aquisição e emissão da ordem de compra; (v) realização de inspeções e testes em fábrica; (vi) logística de transporte; e (vii) logística de armazenamento para só então se chegar a fase especificamente denominada expressamente como “instalações e montagens”.

As fases retratadas, por si só, já demonstram a execução de serviços de natureza específica de instalação e montagem. No entanto, se o que se deseja é categorizar as atividades desenvolvidas pelo profissional Francisco de Souza Neto um dos itens constantes do Atestado 3 para que se possa contabilizar o período integral do empreendimento, não restam dúvidas de que tais atividades também se enquadrariam no item “serviços de engenharia e construção”, o que, indubitavelmente engloba os serviços de instalação e montagem.

No caso específico do Atestado 3, vale, ainda, destacar que o período mencionado pela Recorrente se refere a montagem dos PRINCIPAIS equipamentos responsáveis pela geração de energia, o que por si só já demonstra não se tratar de toda a instalação e montagem do empreendimento e sim de uma de suas categorias específicas.

Seguindo a lógica da Recorrente, em qualquer Atestado seria possível diminuir o tempo de experiência de um profissional, pois esta estaria limitada ao nome que se dá ao serviço no atestado e não ao serviço por ele efetivamente prestado.

Para entendermos didaticamente, pode-se imaginar uma obra de construção de um túnel, em que as escavações se iniciarão somente 3 meses após a mobilização. Nessa situação seria factível acreditar que o engenheiro de minas só iniciará o desempenho de suas atividades no dia da primeira detonação?

Obviamente não é isso que ocorre na prática, sendo certo que o profissional executa suas atividades durante as diversas outras fases, até se chegar ao dia da escavação. Ora, se não podemos admitir tal situação, também não é possível entender que o tempo de experiência do profissional Francisco de Souza Neto seja somente aquele referente ao período denominado como “instalação e montagem”.

Como demonstração da tentativa da Recorrente de induzir a CPL a erro, entendendo que a atuação do Engenheiro Mecânico Francisco de Souza Neto se resumiu a execução da Linha de Vapor, em especial na fabricação suporte calços do tubo 36” e 42”, alegando ser essa a informação trazida pela CAT 56591/2013, está o fato de que, convenientemente, a Recorrente omite o fato de que tanto a CAT 56591/2013 quanto a ART IN00851708 citam como atribuição do profissional os “SERVIÇOS DE MONTAGEM MECÂNICA DE EQUIPAMENTOS E TUBULAÇÕES”.

Neste ponto é importante lembrar que os campos para preenchimento de ARTs são limitados, não sendo possível transcrever, ali, exatamente todos os quantitativos executados.

A conveniente omissão destes fatos causa ainda mais estranheza pelo fato de que na CAT 00127.2015 (apresentada pela Recorrente na pág. 733 de sua



documentação de habilitação), em nome do Eng. Mecânico Silvimar Fernandes Reis, consta que ele foi designado para 2 (duas) usinas de concreto e uma central de britagem. Confira-se:



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução 1.025, de 30 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CREA-CE

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

00127.2015

Atividade Concluída

733

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará - Crea-CE, o Acervo Técnico do profissional SILVIMAR FERNANDES REIS referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **SILVIMAR FERNANDES REIS**
Registro: **50541D - RJ** RNP: **2003200932**
Título Profissional: **ENGENHEIRO MECÂNICO**
Número ART: **200320093200001** Tipo ART: **Vinculação** Registrada em: **30/06/2010** Baixada em: **10/02/2015**
Forma de registro: **Participação Técnica:**
Empresa contratada: **GALVÃO ENGENHARIA S/A**
Contratante: **SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH/CE** CPF/CNPJ: **1182125300014**
Endereço: **AV. GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE LIMA CAMBEBA**
Cidade / UF: **FORTALEZA / CE** CEP: **60830120**
Endereço obra/serviço: **QUADRA 83, LOTE 01** Cidade / UF: **JAGUARIBARA / CE** CEP: **63490000**
Data do início: **01/10/2001** Previsão de Término: **25/03/2003** Valor obra/serviço (R\$): **142.484.500,29**
Proprietário: **SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH/CE** CPF/CNPJ: **11821253000142**
Atividade Técnica:
1 - ATUAÇÃO - EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO TÉCNICO - USINAS DE CONCRETO, 2,00 UNIDADE;
2 - ATUAÇÃO - EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO TÉCNICO - CENTRAL DE BRITAGEM, 1,00 UNIDADE;
Informações Complementares (ART):
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO TRECHO 01 (UM) DO EIXO DE INTEGRAÇÃO DE BACIAS CASTANHÃO - REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, INCLUINDO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS. ART RESTRITA AS MINHAS ATRIBUIÇÕES DE MINHA ÁREA DE ENGENHARIA MECÂNICA.

Devemos entender que ele só foi responsável pela montagem das usinas? Pela lógica que a Recorrente pretende atribuir à documentação da CQG, sim, mas não é isso que ela faz com a sua própria documentação.

A despeito de todos os esclarecimentos já prestados, que são plenamente suficientes para que se verifique o total descabimento das alegações da Recorrente, a título elucidativos, entendemos ser útil se analisar as especificações técnicas previstas pelo próprio MDR neste RDC 004.2021.

Do exame dos anexos 5, 6.1 e 6.2 do Edital, é possível localizar as fases já apresentadas nestas contrarrazões, inclusive com destaque expresso para as atividade de instalação e montagem, distribuídas por diversas etapas e não somente alocadas em um item com tal denominação, sendo certo que, inclusive, os custos decorrentes destes serviços devem estar englobados no item principal e não em apartado.

Ainda com relação aos documentos emitidos pelo MDR, vale colacionar o disposto, respectivamente, na fl. 5 do anexo 5 e na fl. 124 o anexo 6.1:

O fornecimento do projeto de todos os equipamentos e sistemas eletromecânicos considerados neste Edital significa a execução dos serviços de engenharia, o fornecimento de materiais e equipamentos com transportes incluídos, montagem, testes, comissionamentos, operação assistida, treinamentos de pessoal para operação e manutenção, e demais atividades necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos objeto deste Edital, até a emissão do Termo de Aceitação Definitivo.

A FISCALIZAÇÃO não liberará nenhuma concretagem sem que antes tenham sido cumpridos os requisitos mínimos de limpeza, posicionamento de ferragens e outras peças embutidas, e aplicação de desmoldantes ou outros componentes autoadesivos na superfície das formas em contato com o concreto.

A simples leitura dos trechos em questão revela diversas atividades das quais o engenheiro de instalações e montagens participa, o que mais uma vez revela a veracidade das informações trazidas nestas contrarrazões, o que também é o entendimento do MDR, tendo em vista a própria documentação por ele elaborada e disponibilizada às licitantes, razão pela qual o Atestado 3, corretamente, sequer foi questionado pela CPL.

Ainda com relação ao Atestado 3, questiona a Recorrente o fato de profissional ter Responsabilidade Técnica em outras duas obras no estado de São Paulo durante a execução das obras que deram origem ao Atestado 3.

Novamente estamos diante de uma afirmação em que a Recorrente parece desconhecer a dinâmica básica dos serviços prestados pelo engenheiro de instalações e montagens.

Importa pontuar que as atividades desenvolvidas por esse profissional não são obrigatoriamente realizadas em dedicação exclusiva àquele empreendimento, sendo plenamente possível e viável que o profissional seja responsável por mais de um empreendimento, até mesmo porque não pressupõe, necessariamente, que seus trabalhos sejam realizados de forma presencial no local das obras **durante a totalidade de sua execução**, como ocorre com o engenheiro residente, por exemplo.

No caso do engenheiro de instalações e montagens, é possível, inclusive, que algumas etapas, sejam realizadas à distância e em escritório, o que só reforça a inexistência de qualquer vedação a responsabilidades técnicas concomitantes (se assim o fosse, não seria possível sequer falar em sobreposição de experiências).

Pontua-se ainda, que as sobreposições não impactam a contagem do tempo de experiência do profissional, uma vez que, conforme vedação expressa contida no Edital, não são computadas as sobreposições, sendo certo que, caso se tratasse de uma prática vedada ou não usual, não haveria razão para o Instrumento Convocatório fazer esse tipo de restrição

Por fim, destaca-se que mais uma vez a Recorrente claramente tumultua o certame, sendo certo que não possui qualquer real questionamento sobre a possibilidade ventilada, tanto que o faz para os seus próprios profissionais, conforme se verifica da tabela que acompanha estas Contrarrazões (Anexo II).

Do seu exame, se verifica:

- i. Para o Eng. Civil Samuel Duque Leite: no ano de 2010, há períodos que o profissional foi Responsável Técnico por 6 (SEIS) obras distintas, conforme atestados 3, 4, 7, 8, 9 e 10. Ademais, se forem consideradas as obras listadas no currículo deste profissional, a sobreposição chega a nada menos do que 9 (NOVE) obras executadas concomitantemente, sendo certo que tais sobreposições ainda se realizam em diversos outros períodos.
- ii. Para o Eng. Civil Vilson Flores Busnello: no período compreendido entre nov/08 e mai/09, o profissional foi Responsável Técnico por 3 (TRÊS) obras, conforme atestados 2,3 e 4. Essas sobreposições ainda se realizam em diversos outros períodos.



- iii. Para o Eng. Mecânico Silvamar Fernandes Reis: durante o período de fev/09 a jan/10, o profissional foi Responsável Técnico por 6 (SEIS) obras, conforme atestados 1, 4, 5, 6, 8 e 12. Essas sobreposições ainda se realizam em diversos outros períodos.

Considerando todo o exposto, resta devidamente comprovada a inexistência de vícios que maculem o Atestado 3, sendo certo que, a documentação apresentada pela Recorrente também apresenta tais características, o que comprova, mais uma vez a natureza protelatória de seu pleito.

3) DA VALIDADE DO ATESTADO 6 – CÔMPUTO CORRETO DO TEMPO DE EXPERIÊNCIA DO PROFISSIONAL FRANCISCO DE SOUZA NETO

Em mais uma alegação desesperada e descabida, aduz a recorrente existir vício no Atestado 6, consistente no suposto cômputo por atividades realizadas bem como, de forma insistente, no fato de o profissional ser responsável técnico por mais de uma obra no mesmo período.

Com relação a este último ponto, em apreço à economia processual, nos reportamos à argumentação apresentada no item anterior.

Quanto à alegação de que o período de atuação do profissional se inicia no dia 02/01/2001, esta contém grave equívoco, tendo em vista que a referida data consiste na data que este profissional foi registrado no quadro técnico da Construtora Queiroz Galvão S.A..

Em outras palavras, o que se tem é uma situação análoga ao registro tardio, que não impede a emissão da ART de desempenho das atividades, e não um marco de início do exercício de suas funções. Assim sendo, tal data corresponde, como já dito, ao momento em que o profissional foi vinculado à CQG perante o CREA, sendo certo que as atividades já vinham sendo por ele exercidas.

Alega, ainda, a Recorrente, que a referida ART foi recolhida fora de época, cumpre, de início, esclarecer que tal procedimento é regulamentado pelo CONFEA/CREA, por meio da Resolução nº 394, de 17 de março de 1995.

A referida resolução dispõe sobre procedimentos para o registro de atividade cuja Anotação de Responsabilidade Técnica-ART não se fez na época devida nos CREAs, fato esse reconhecido pela Recorrente que se utilizou desse mesmo procedimento, conforme demonstrado por meio da própria documentação de habilitação da Recorrente:

- i. Fl. 176 - ART registrada em 30/09/2019 quando a obra foi concluída em 29/07/2019;
- ii. Fl. 343 - ART 5517701-0, registrada em 23/07/2015 e baixada em 24/07/2015, dia seguinte ao seu registro. Novamente ART registrada após conclusão do contrato que ocorreu em 31/12/2011.
- iii. Fl. 368 - ART 2870485-3, cadastrada em 21/06/2013 com conclusão da obra em 30/06/2013. O profissional permaneceu na obra por apenas 9 dias;

iv. Fl. 733 - ART registrada em 30/06/2010 com data de término da obra em 07/2005; e

v. Fl. 770 - ART registrada em 19/07/2010 e encerramento da obra em 31/01/2010.

Ademais, este ponto também já foi pacificado na via judicial, por meio da decisão proferida em 9.4.2021, pela ilustre Desembargadora Daniele Maranhão Costa, rechaçando esta alegação, também feita pela Construtora Ferreira Guedes S.A., naquela oportunidade na condição de terceira interessada, e reconhecendo a possibilidade de registro *a posteriori*, não sendo cabível ou razoável que se retome, nesta oportunidade, a discussão.

Considerando todo o exposto, resta clara a improcedência das alegações da Recorrente, que, de maneira totalmente desarrazoada e desprovida de que qualquer embasamento verídico, busca diminuir a experiência do profissional o Eng. Mecânico Francisco de Souza Neto, devidamente comprovada ao longo deste certame, e que totaliza **150 meses** em obras de grande complexidade de instalações e montagens, sendo portanto, plenamente cumpridas as exigências editalícias, não existindo qualquer justificativa para se onerar os cofres públicos com uma eventual inabilitação da proposta mais econômica e vantajosa, apresentada pela Construtora Queiroz Galvão.

I. CONCLUSÃO

De forma sintética, ao longo das presentes contrarrazões a CQG demonstrou a inequívoca legalidade de sua proposta, bem como o atendimento integral às previsões editalícias, tendo em vista:

- (i) O esgotamento das discussões relativas ao Atestado 7 e aos documentos correlatos;
- (ii) A inexistência de qualquer fato que invalide a documentação emitida pela Petrobras e pelo CREA, bem como as respostas por elas apresentadas, referentes às diligências feitas pela CPL;
- (iii) O atendimento ao art. 58 da Resolução nº 1.025 do CONFEA;
- (iv) A irrelevância do percentual de participação das quotistas na NEDL, especialmente para fins de qualificação técnico-profissional;
- (v) O correto cômputo do período de experiência dos Atestados 3 e 6;

II. DOS PEDIDOS

À vista do exposto, a Construtora Queiroz Galvão S.A. **REQUER** seja negado provimento ao Recurso Administrativo apresentado pela Recorrente, tendo em

vista a ausência de veracidade de suas alegações, conforme comprovado nas presentes contrarrazões.

REQUER, ainda, a juntada do dos documentos que seguem em anexo.

Nestes termos,
Espera deferimento.

Rio de Janeiro/RJ, 13 de maio de 2021.



CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.
Fábio Villari